

As mulheres e a produção de alimentos

Uma perspectiva feminista para o debate

Nalu Faria – Psicóloga, coordenadora da SOF Sempreviva Organização Feminista

A reflexão sobre o envolvimento das mulheres nos sistemas de produção e consumo de alimentos exige olhar para um terceiro aspecto: a reprodução é considerada uma esfera sob a responsabilidade das mulheres, através da realização cotidiana do trabalho doméstico e de cuidados. Trata-se de uma visão naturalizada do feminino, vinculada à maternidade, e que define o que é ser mulher no mundo.

Ao mesmo tempo, a hegemonia capitalista na definição do atual modelo de produção, reprodução e consumo de alimentos impõe um sistema agroindustrial, dominado pelas grandes empresas do agronegócio e pelas grandes redes de supermercados. As mulheres são expulsas de regiões que produzem determinados produtos, como é o caso da soja e eucalipto, ou incorporadas como mão de obra intensiva em outros, como na produção de frutas, flores e legumes.

A estrutura patriarcal da família e a divisão sexual do trabalho organizam a inserção das mulheres no trabalho agrícola. Suas atividades são vistas como parte do seu papel de mães, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, com a produção no quintal, da horta, do pomar e de pequenos animais. Seu trabalho no roçado é considerado apenas como uma ajuda e, portanto, não é reconhecido como trabalho, o que promove a invisibilização das mulheres como produtoras de alimentos.

Ainda prevalece uma visão homogênea de família em que o homem representa os interesses do conjunto, incluindo a mulher e filhos. Aparentemente os membros da família têm interesses comuns que se complementam, ocultando a hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as). A divisão sexual do trabalho separa trabalho de homens e de mulheres, e o trabalho dos homens sempre é mais valorizado que o das mulheres.

A separação entre as esferas da produção e reprodução organiza a economia capitalista e

patriarcal, que coloca como centro a produção mercantil e, ao mesmo tempo, oculta e invisibiliza os elos entre essas duas esferas.

No padrão atual, a alimentação para os pobres, cada vez mais homogeneizada, é centrada em carboidratos, alimentos industrializados e produzidos em massa; e os ricos se beneficiam de alimentos carregados de experiência e cultura, produtos de origem controlada e orgânicos (Marcha Mundial das Mulheres, 2008).

Mulheres rurais em luta

No Brasil, as mulheres rurais têm uma longa trajetória de lutas para conquistar seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e como cidadãs. Nesse percurso estão as lutas para serem aceitas como sindicalizadas, pelo acesso à previdência e à licença maternidade, para ter documentos. Essas lutas desembocaram na reivindicação por renda, o que questiona o homem como representante da família, e incluem a demanda para que as mulheres participem em todos os momentos da produção e comercialização. Com isso, ampliaram-se as reivindicações para se ter acesso ao crédito, à assistência técnica, mas também para decidir sobre a produção e o controle da comercialização.

As trabalhadoras rurais e camponesas constroem um dos movimentos de mulheres mais enraizados, com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país. São exemplos desse processo as quatro edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003, 2007 e 2011), os vários acampamentos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST, as ações das mulheres em vários movimentos pelo fortalecimento da agroecologia e tantos outros.

Soberania alimentar: estratégia dos povos para outro modelo

A construção de uma proposta e uma abordagem de soberania alimentar faz parte de um processo de resistência dos movimentos camponeses à ofensiva capitalista de imposição de uma agricultura de mercado. Em suas trajetórias esses movimentos recuperam o significado das práticas de produção alimentar, da agricultura, dos conhecimentos, da cultura alimentar desenvolvidos pelos povos, e resgatam o papel das camponesas como produtoras de alimentos. As

lutas em torno da soberania alimentar contribuem para visibilizar a relação campo e cidade e a importância de considerar a inter-relação entre o consumo alimentar na cidade com a produção e distribuição de alimentos.

Por um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana

Utilizar o conceito de divisão sexual do trabalho e o princípio da soberania alimentar para abordar as práticas das mulheres como produtoras e consumidoras de alimentos permite:

- Ter uma visão integrada da produção, reprodução e consumo e entender as práticas das mulheres, marcadas pela divisão sexual do trabalho, que faz com que garantam o cuidado e sustentação da vida humana às custas de uma grande sobrecarga de trabalho. Assumir essa destinação naturalizada, ao não ser encarada como uma questão política e econômica, deixa o caminho aberto para que as respostas às tensões vividas pelas mulheres apareçam a partir do mercado e do consumo alienado.

A transformação deste processo exige a construção de outro paradigma de sustentabilidade da vida humana, no qual o cuidado da vida seja colocado no centro da organização econômica e social, e seja estabelecido o equilíbrio entre produção e reprodução como responsabilidade de todos (as). Exige, portanto, redefinir os tempos de trabalho produtivo e reprodutivo, a importância da co-responsabilização dos homens pelo trabalho doméstico e de cuidados, a estruturação e aumento de serviços sociais, mas também a construção de alternativas solidárias e coletivas.

- O reconhecimento do papel histórico das mulheres na produção de alimentos e no descobrimento, hibridação, seleção e preservação das sementes, na construção de um amplo conhecimento acumulado durante milênios, que garantiu a biodiversidade. Disso decorre a compreensão de que o quintal, na realidade brasileira, cumpre um papel importante para uma produção diversificada, que é fundamental para a garantia de soberania alimentar. Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção no campo.

- O reconhecimento de que a família não é uma unidade homogênea e está perpassada por conflitos e interesses de gênero, marcados por uma relação de poder desigual entre homens e mulheres. Daí a importância das mulheres serem consideradas como sujeitos individuais e com direito à autonomia econômica e política. O que abre questões como a demanda pelo acesso à renda, como o direito à documentação e o questionamento do homem como representante da família.
- A compreensão da importância da produção para o auto-consumo, combinada com acesso à renda, colocou para as mulheres a questão do seu direito de participar em todas as decisões e momentos da produção e comercialização. Esta postura levanta também a necessidade de acesso ao crédito.

A reorganização da produção, reprodução e consumo em uma perspectiva de construção da igualdade entre homens e mulheres é, portanto, central para um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana.

Bibliografia

Faria, Nalu. Economia Feminista e agenda das mulheres no meio rural. In: Butto, A (Org). Estatísticas Rurais e a Economia Feminista. Brasília. MDA. 2009.

Marcha Mundial das Mulheres. Desafios para a Soberania Alimentar desde as mulheres. São Paulo. Marcha Mundial das Mulheres. 2008